

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A. ("Seguradora") referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, de acordo com as disposições legais e estatutárias.

Conjuntura Econômica

Em 2024, a economia brasileira apresentou um cenário desafiador, porém com resultados positivos. O Produto interno bruto (PIB) cresceu 3,5%, superando as expectativas iniciais, impulsionado pelos setores de serviços e indústria. O setor de serviços foi um dos principais motores desse crescimento, registrando altas de 3,7% em 2024. A Balança Comercial registrou recuo no superávit de 24,6% (US\$ 74,5 bilhões), influenciado pelo aumento das importações em 9,0% e redução das exportações em -0,8%, em relação a 2023.

A inflação (IPCA) acumulou 4,8% em 12 meses, ultrapassando a meta de 4,5%, levando o Banco Central a elevar a taxa Selic para 12,25%. O consumo das famílias manteve-se aquecido, impulsionado por programas de transferência de renda e pelo bom desempenho do mercado de trabalho, com taxas de desocupação e informalidade em níveis historicamente baixos. O mercado de crédito expandiu 10,9% (R\$6,4 trilhões), com crescimento tanto no crédito às famílias (+12,1%) quanto às empresas (+9,1%). A inadimplência recuou para 3,0%, em comparação a 3,2% em 2023.

No Espírito Santo, projeta-se que a economia cresça 4,8%, com destaque para os setores de serviços (+6,0%) e comércio (+1,2%). O IPCA estadual ficou em 4,3% e foram criados mais de 42 mil empregos formais. O mercado de crédito capixaba apresentou variação positiva de 13,8% até outubro. A taxa de inadimplência recuou para 2,7%, com quedas tanto para pessoa física (2,9%) quanto jurídica (2,3%).

A política fiscal do governo gerou incertezas no mercado, impactando os indicadores econômicos e contribuindo para a desvalorização do real e sinais de desaceleração começaram a surgir no final de 2024. Em dezembro, a atividade do setor de serviços registrou uma queda inesperada de 0,5% em relação ao mês anterior, contrariando as previsões de aumento. Essa retração foi atribuída a condições financeiras mais restritivas e a uma desaceleração mais ampla da economia, refletida também na redução da produção industrial. Em relação à inflação, o ministério de fazenda, projetou que os índices permaneceriam acima da meta de 4,5%, até junho de 2025, embora com expectativas de "surpresas positivas" devido ao aperto da política monetária e uma possível boa colheita agrícola.

Para 2025, o relatório Focus do Banco Central do Brasil, publicado em 10 de fevereiro de 2025, projeta uma inflação de 5,51%, superando o limite superior da meta e o PIB em 2,06%, indicando um crescimento mais modesto, após uma alta de 3,5% em 2024. Segundo Confederação Nacional das Seguradoras (CNSEG), o mercado segurador brasileiro apresenta perspectivas otimistas para 2025, com projeções indicando um crescimento superior a 10,1%, levando em conta uma projeção do PIB de 2,5%, Selic de 12,5% e inflação de 3,98%, diferente da projeção do relatório Focus. A CNSEG estima que o setor atingirá uma participação de 6,4% no Produto Interno Bruto (PIB) até o final do ano. O aumento reflete o contínuo esforço de modernização do setor, que tem investido em tecnologias digitais, inovação e no desenvolvimento de produtos personalizados. Esse desempenho positivo também é impulsionado por fatores como a expansão econômica, aumento da demanda por seguros e a incorporação de novas tecnologias.

De acordo com a CNSEG, os segmentos de seguros de pessoas, saúde complementar e previdência aberta destacam-se como principais motores desse crescimento. A expectativa é de que o segmento de Cobertura de Pessoas cresça 9,5% em 2025, após um avanço de 15,6% em 2024. A Saúde Suplementar deve continuar sua trajetória de crescimento com uma taxa de 10,9%, refletindo a demanda crescente por serviços médicos privados. Já o segmento de Danos e Responsabilidades projeta um aumento de 8,2%, impulsionado pelo aumento na contratação de seguros patrimoniais e empresariais. Além disso, a modernização e simplificação operacional, aliadas à adoção de tecnologias emergentes e fontes de dados alternativas, são tendências que devem moldar o setor em 2025. A utilização de inteligência artificial e big data, por exemplo, tem permitido uma análise de riscos mais precisa e a personalização dos produtos de seguros, atendendo às necessidades específicas dos consumidores. Essa combinação de fatores econômicos e esforços internos posiciona o setor segurador como um dos grandes destaques de crescimento no Brasil em 2025.

Resultado do Exercício de 2024 - Nosso desempenho

Prêmios - Os prêmios ganhos dos produtos emitidos pela Seguradora totalizaram R\$352,2 milhões, representando um aumento de R\$3,9 milhões, que equivale a 1,1% de aumento em relação ao auferido no exercício de 2023. Destaca-se o crescimento de 13,3% no Prêmio Ganho da carteira de pessoas.

Despesas Administrativas - As despesas administrativas totalizaram R\$38,0 milhões no exercício de 2024, representando um acréscimo de 9,1% em relação ao exercício de 2023, devido principalmente ao reajuste da convenção coletiva de trabalho e também a criação e instalação do conselho de administração. O índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 10,8% (10% no exercício de 2023). A gestão das despesas administrativas é rigorosamente acompanhada pela alta administração por meio de indicadores internos, representando uma boa prática de governança e controle.

Resultado Financeiro - O resultado financeiro totalizou R\$23,8 milhões no exercício de 2024, representando um aumento de 40,2% em relação ao exercício de 2023, ou, R\$6,8 milhões em valores absolutos.

O total de aplicações da Seguradora, constituídas por títulos públicos, operações compromissadas em títulos públicos e fundos de investimentos, também atrelados a títulos de governo, atingiu o montante de R\$291,9 milhões (R\$266,7 milhões em dezembro de 2023). As provisões técnicas somam R\$147,6 milhões (R\$142,8 milhões em dezembro de 2023), que deduzidos dos ativos redutores, apresentam total a ser coberto no valor de R\$95,1 milhões (R\$91,5 milhões em dezembro de 2023).

Os ativos financeiros dados em cobertura dos ramos próprios demonstram um excedente de garantia na ordem de R\$125,2 milhões (R\$35,1 milhões em dezembro de 2023), demonstrando nossa liquidez perante o mercado e o órgão supervisor. Os recursos financeiros são administrados adotando-se as melhores práticas de gestão, garantindo a capacidade financeira em honrar todos os seus compromissos em conformidade com os preceitos da Circular SUSEP nº 678/2022 e alterações posteriores. A classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos, classificando nas categorias: mensurados subsequentemente a custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Sinistralidade - Este índice representa a relação de sinistros ocorridos sobre os prêmios ganhos. No exercício de 2024 o índice ficou em 47,5%, contra 51% em 2023, apresentando uma redução de 7%, demonstrando a boa gestão dos riscos dos contratos de seguros subscritos.

Índice Combinado - O índice combinado no exercício de 2024, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos prêmios ganhos e receitas com produtos em regime de capitalização, foi de 0,8762 (0,8780 no exercício de 2023).

Índice Combinado Ampliado - O índice combinado ampliado no exercício de 2024, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos prêmios ganhos, receitas com produtos em regime de capitalização e resultado financeiro, foi de 0,8208 (0,8373 no exercício de 2023).

Lucro Líquido - No exercício de 2024, após os impostos, contribuições e participações dos empregados no resultado, o lucro líquido foi de R\$39,3 milhões (R\$34,2 milhões em 2023), com aumento de 14,9% quando comparado ao lucro do mesmo período de 2023.

Patrimônio Líquido - O Patrimônio Líquido apurado foi de R\$206,3 milhões, comparado a R\$227,2 milhões em dezembro de 2023. Esta redução de 9,2% é atribuída ao provisionamento de dividendos complementares relativos à reserva estatutária, no valor de R\$44,3 milhões, conforme determinação do acionista integral. Dessa forma, a Seguradora apresentou uma rentabilidade nominal efetiva sobre o PL de 18,1%. Este resultado foi calculado com base na relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e o patrimônio líquido médio registrado em 31/12/2024 e 31/12/2023. O desempenho evidencia a solidez da Seguradora e seu compromisso com a inovação na criação de produtos e parcerias estratégicas.

Capital Mínimo Requerido - Ficou em R\$63 milhões, apresentando uma suficiência de R\$133 milhões em relação ao PL ajustado de R\$196 milhões, que representa 211% acima do mínimo exigido pelo órgão supervisor.

Distribuição de Resultados - Seguindo a política aprovada pelo acionista único, foi distribuído 25% em dividendos, conforme determina o estatuto social, que resultou no valor de R\$9,3 milhões.

Fatos de Mercado - A Seguradora está entre as 20 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o anuário Finanças Mais - edição 2023, do jornal "Estado de São Paulo", quando se trata de vida e previdência, e na categoria ramos gerais, a Seguradora encontra-se entre as 50 maiores do país, conforme anuário Valor 1000 do jornal "Valor Econômico". No mercado capixaba, a Seguradora é líder nos produtos Automóvel e Vida. Reconhecida como uma das marcas mais lembradas na pesquisa Recall de Marcas em 2024. Os produtos da Seguradora são comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com mais de 400 corretoras de seguros. A Seguradora investe em constante inovação e gestão de projetos de infraestrutura e governança em tecnologia da informação para oferecer o melhor atendimento e proteção completa e eficiente aos seus segurados. Visando o crescimento contínuo, o time da Seguradora iniciou o desenvolvimento de novos produtos nas áreas de Vida e Habitacional, com lançamento previsto para 2025.

Aliado ao desenvolvimento de novos produtos, está em andamento a implantação de um novo sistema de gestão de seguros que trará maior celeridade e eficiência operacional, ampliando a oferta de produtos e as possibilidades de parcerias. Essas iniciativas visam fortalecer a competitividade da Seguradora e aprimorar a experiência do cliente. Reconhecendo o papel do setor de seguros na promoção da sustentabilidade, a Seguradora atua no desenvolvimento de ações ESG (Ambiental, Social e Governança).

Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado do Espírito Santo e ao Banestes S.A. pela confiança depositada, bem como às instituições com as quais a Banestes Seguros S.A. mantém parcerias, que contribuíram para o alcance dos objetivos da Seguradora, em especial aos segurados, corretoras de seguros, prestadores de serviços, rede de agências do Banestes, colaboradores e representantes da SUSEP. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		324.705	292.065	CIRCULANTE		261.164	200.880
Disponível		2.908	2.357	Contas a pagar		94.938	42.285
Caixa e bancos	5	2.908	2.357	Obrigações a pagar	17.1	85.005	35.108
Aplicações	6	170.336	141.478	Impostos e encargos sociais a recolher	17.2	5.416	5.138
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	91.770	88.467	Encargos trabalhistas	21.1	1.713	1.312
Prêmios a receber	7.1	64.128	62.911	Impostos e contribuições	21.2	2.678	600
Operações com resseguradoras	7.3	27.602	25.556	Outras contas a pagar		126	127
Outros créditos operacionais		20.301	17.614	Débitos de operações com seguros e resseguros		15.687	13.284
Ativos de resseguro e retrocessão	8	502	1.468	Prêmios a restituir		696	667
Títulos e créditos a receber		3.232	7.543	Operações com resseguradora	18	11.515	9.441
Títulos e créditos a receber		1.661	4.483	Corretores de seguros e resseguros		3.334	3.015
Créditos tributários e previdenciários	9	-	1.782	Outros débitos operacionais		142	161
Outros créditos		1.571	1.278	Depósitos de terceiros	19	3.095	2.212
Outros valores e bens		12.922	12.185	Provisões técnicas - seguros	20.1	146.729	142.803
Bens a venda	10	8.528	8.305	Danos		116.081	116.761
Outros Valores		4.394	3.880	Pessoas		30.648	26.042
Despesas antecipadas		268	176	Outros débitos	23	715	296
Custos de aquisição diferidos		22.466	20.777	NÃO CIRCULANTE		13.541	4.847
Seguros	11	22.466	20.777	Contas a pagar		8.465	2.712
ATIVO NÃO CIRCULANTE		156.259	140.843	Tributos diferidos	9	2.100	1.982
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		141.126	136.683	Obrigações a pagar		6.365	730
Aplicações	6	121.611	125.245	Provisões técnicas - seguros		918	-
Títulos e créditos a receber		19.241	11.438	Danos		520	-
Créditos tributários e previdenciários	9	5.803	847	Pessoas		398	-
Depósitos judiciais e fiscais	12	10.378	9.595	Outros débitos		4.158	2.135
Outros valores e bens	13	3.060	996	Provisões judiciais	22	1.626	1.308
Custo de aquisição diferidos	11	274	-	Débitos diversos	23	2.532	827
Investimentos	14	523	536	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	206.259	227.181
Participações societárias		258	258	Capital social		186.326	86.326
Imóveis destinados à renda		262	275	Aumento de capital em aprovação		-	100.000
Outros investimentos		3	3	Reservas de lucros		26.899	41.297
Imobilizado	15	1.423	1.536	Ajustes de avaliação patrimonial		(6.966)	(442)
Bens móveis		766	767	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		480.964	432.908
Outras imobilizações		657	769				
Intangível	16	13.187	2.088				
Outros intangíveis		13.187	2.088				
TOTAL DO ATIVO		480.964	432.908				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		39.292	34.190
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e Valores Mobiliários disponíveis para venda		(10.874)	4.428
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes		4.350	(1.771)
CSLL		1.631	(664)
IRPJ		2.719	(1.107)
Resultados abrangentes		(6.524)	2.657
Total dos resultados abrangentes		32.768	36.847

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	25.1	355.795	334.273
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	25.2	(3.569)	14.046
(=) Prêmios ganhos	25.3	352.226	348.319
(-) Sinistros ocorridos	25.4	(167.151)	(177.651)
(-) Custos de aquisição	25.5	(77.594)	(68.037)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25.6	(15.346)	(13.281)
(=) Resultado com resseguro	25.7	1.502	(2.126)
(+) Receitas com resseguro		1.493	11.183
(-) Despesas com resseguro		9	(13.309)
(-) Despesas administrativas	25.8	(38.027)	(34.849)
(-) Despesas com tributos	25.9	(11.989)	(9.874)
(+) Resultado financeiro	25.10	23.760	16.945
(+) Resultado patrimonial	25.11	675	685
(=) Resultado operacional		68.056	60.131
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	25.12	-	(131)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		68.056	60.000
(-) Imposto de renda	27	(15.705)	(13.684)
(-) Contribuição social	27	(9.445)	(8.349)
(-) Participação sobre o resultado		(3.614)	(3.777)
(=) Lucro líquido do exercício		39.292	34.190
(/) Quantidade de ações		1.435.647	1.435.647
(=) Lucro líquido por ação em R\$1,00	3.21	27,37	23,82

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	86.326	12	15.216	(3.099)	-	98.455
Aumento/Diminuição de capital em aprovação						
AGE em 05/12/2023 - ne 24.1	100.000	-	-	-	-	100.000
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	(12)	-	-	12	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	2.657	-	2.657
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.190	34.190
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	1.709	-	(1.709)	-
Reserva Estatutária	-	-	24.372	-	(24.372)	-
Dividendos	-	-	-	-	(8.121)	(8.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	186.326	-	41.297	(442)	-	227.181
Aumento/Diminuição de capital em aprovação						
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	(6.524)	-	(6.524)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.292	39.292
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	1.964	-	(1.964)	-
Reserva Estatutária	-	-	27.996	-	(27.996)	-
Dividendos	-	-	(44.358)	-	(9.332)	(53.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	186.327	-	26.899	(6.966)	-	206.259

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais			Outros passivos	(6.524)	2.657
Lucro líquido do exercício	39.292	34.190	Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	21.641	(83.412)
Ajustes para:			Atividades de investimento		
Depreciações e amortizações	2.059	1.872	Pagamento pela compra de ativo permanente:	(12.222)	(1.113)
Redução ao valor recuperável	85	1.093	Investimento	-	-
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	-	130	Imobilizado	(224)	(477)
Varição nas contas patrimoniais	(19.795)	-	Intangível	(11.998)	(636)
Ativos financeiros	(25.224)	(106.661)	Recebimento pela venda de ativo permanente:	7	-
Créditos nas operações de seguros e resseguros	(6.111)	(3.383)	Investimento	-	-
Ativos de resseguros	966	(409)	Imobilizado	7	-
Créditos fiscais e previdenciários	(3.174)	(104)	Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(12.215)	(1.113)
Depósitos judiciais e fiscais	(783)	(441)	Atividades de financiamento		
Despesas antecipadas	(93)	318	Aumento de capital	-	100.000
Custos de aquisição diferidos	(1.963)	1.867	Distribuição de dividendos	(8.120)	(14.975)
Outros ativos	1.827	(6.123)	Pagamento de arrendamento	(755)	(783)
Outras contas a pagar	10.756	4.469	Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(8.875)	84.242
Impostos e contribuições	2.079	(327)	Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	551	(283)
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.403	851	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.357	2.640
Depósitos de terceiros	883	(1.081)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.908	2.357
Provisões técnicas - seguros e resseguros	4.845	(12.554)	Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	551	(283)
Provisões judiciais	318	224			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Referente ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A BANESTES SEGUROS S.A. (Seguradora) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Cassiano Antônio Moraes, 60, Enseada do Suá, Vitória - ES. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros de danos e pessoas, com foco nos ramos automóveis, residencial, prestamista, vida, acidentes pessoais nas seguintes unidades federativas do ES, MG, BA e RJ. A Seguradora é controlada pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES S.A.), com participação integral no capital social.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Seguradora foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em consonância com a Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendadas pela SUSEP e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria da Seguradora em 19 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua utilizada na preparação das Demonstrações Financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para cima e julgamentos.

2.3. Estimativas contábeis significativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a administração utilize certas estimativas, julgamentos e premissas, em que se baseia na experiência histórica e em outros fatores, incluindo-se expectativas de eventos futuros, para o registro de determinadas transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa são as provisões técnicas, provisões judiciais e créditos tributários.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pela Seguradora.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e investimentos financeiros em moeda nacional e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando assim compreendidos na rubrica "caixa e bancos".

3.2. Adoção do CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 substitui o CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e consequentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além, disso, as nomenclaturas das categorias aplicáveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Em relação aos instrumentos financeiros, a Seguradora avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada à classificação dos Instrumentos Financeiros conforme modelo de negócio.

Redução ao valor recuperável (impairment)

O CPC 48 - Instrumentos financeiros trouxe como regra geral que a cada balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Seguradora avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

3.2.1. Mensuração e classificação

A Seguradora determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com o definido pelo CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ). O modelo de negócios reflete a gestão dos ativos financeiros pela Companhia, enquanto o SPPJ avalia se os fluxos de caixa gerados consistem apenas em pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.2.1.1. Mensurado subsequentemente a custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, que passam no teste SPPJ e são mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais. São valorados pela taxa de aquisição, exceto por variações do valor recuperável (impairment), contabilizadas no resultado.

3.2.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, que passam no teste SPNJ e são mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, estando disponíveis para negociação. São contabilizados pelo custo, acrescido dos rendimentos do exercício pela taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas no patrimônio líquido e, quando realizadas ou com variação do valor recuperável, são apropriadas ao resultado.

3.3. Empréstimos e recebíveis

Compreendem substancialmente os "Prêmios a Receber", onde o valor de mercado é igual ao valor contábil registrado, conforme determinado pelo órgão regulador, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021.

3.4. Redução ao valor recuperável
3.4.1. Ativos Financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A cada exercício, a Seguradora avalia o risco de inadimplência do instrumento financeiro e reconhece aumentos significativos desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, a Seguradora utiliza a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Para esta avaliação, a Seguradora compara o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e considera informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforços excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

3.4.2. Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A redução ao valor recuperável de contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir dos riscos de inadimplência do ressegurador e deverá ser considerado, no mínimo, o histórico de perdas com o ressegurador, a análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador e eventuais divergências ou litígios referentes a cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. A Seguradora a cada exercício avalia o seu histórico de perdas junto ao ressegurador, considerando um período de 4 anos, para estimar a sua RVR. Essa avaliação parte da observação das recuperações solicitadas e das recuperações efetivamente realizadas.

3.4.3. Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada. A metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos doze meses. A cada exercício a Seguradora reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

3.4.4. Redução ao valor recuperável de salvados

A Seguradora a cada exercício, ajusta através da RVR o seu saldo de ativos de salvados. Esse ajuste parte da observação de 5 anos de histórico e os valores efetivamente realizados.

3.4.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.5. Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos investimentos com contação pública é registrado com base em preço de negociação. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (i) Títulos públicos têm seus valores apurados com base nos preços de mercado secundário avaliados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e (ii) Debêntures e Letra Financeira Subordinada (LFS) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo; as quotas de fundos de investimento abertos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

3.6. Passivos financeiros

O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente débitos de operações de seguros, resseguros e dividendos.

3.7. Créditos das operações de seguros

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição diferidos são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para risco de crédito é constituída para as apólices e/ou em dossos que estejam vencidos há mais de 60 dias.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.8. Outros valores e bens - Salvados

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. Os bens são mensalmente levados a leilão público.

3.9. Investimentos

Os investimentos estão reconhecidos pelo valor de custo por conta da participação da Seguradora não atingirem os níveis mínimos para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Referem-se às participações societárias na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. e obras de arte.

3.10. Imóveis destinados à renda

Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação imobiliária. O imóvel destinado à renda foi registrado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada em 25 anos, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de imóveis destinados à renda são registrados na demonstração do resultado como Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes.

3.11. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando provável que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos para a Seguradora e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Imóveis de uso	25 anos
Sistemas de comunicação	10 anos
Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados	5 anos
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos

3.12. Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física, decorrentes da aquisição de softwares, capazes de gerar benefícios econômicos para a Seguradora. Esses softwares são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares mantidos pela Seguradora é de cinco anos.

3.13. Provisões técnicas - Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/2021 e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/2021, bem como as suas atualizações. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e validadas por auditoria atuarial independente, descritas a seguir:

3.13.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

Constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas dos prêmios a decorrer referentes aos riscos emitidos na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituída. Os custos de aquisição diferidos (CAD) são representados tão somente pelas despesas vinculadas, de forma direta, aos prêmios não ganhos com as mesmas premissas e prazos de cálculo da PPNG.

3.13.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG/RVNE) representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi emitida.

3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações Financeiras.

A provisão de sinistros a liquidar em discussão judicial (PSLJ) inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, acrescida de juros e atualização monetária, e tem por base as notificações deajuizamento recebidas até a data do balanço. Sua constituída é feita por área própria da Seguradora e leva em consideração a média histórica dos processos cíveis relacionados a sinistros.

3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)

A provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) é constituída, por meio de estimativa atuarial, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, na data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.

3.13.5. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

Esta provisão, constituída para os seguros de danos e pessoas, visa à cobertura de sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em nota técnica atuarial (NTA).

3.13.6. Teste de Adequação de Passivos (TAP)

Para atender aos padrões requeridos pelo CPC 11 e as normas estabelecidas pela citada Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as seguradoras estão obrigadas a avaliar a devida adequação de seus passivos em reservas técnicas para as obrigações decorrentes dos contratos de planos de seguro em curso na data-base de cada apresentação das Demonstrações Financeiras anuais e intermediárias.

A referida avaliação é feita utilizando estimativas correntes de fluxos de caixas futuros para as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. Existindo diferença positiva entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas, inclusive dedução dos custos de aquisição diferidas e ativos intangíveis, caberá à Seguradora reconhecer a *Provisão Complementar de Cobertura (PCC)*. A Seguradora, considerando as premissas definidas por normativos e as similaridades dos riscos expostos em seus contratos, promoveu sua avaliação levando em conta as seguintes segregações:

(1) Quanto à estruturação financeira: Riscos estruturados no regime de repartição simples. A Seguradora não opera no regime de repartição de capitais e capitalização;

(2) Quanto às carteiras dos produtos: Riscos para produtos de danos; riscos para produtos de pessoas sem cobertura para sobrevivência; e riscos em produtos de ramos não mais comercializados (*run-off*);

(3) Quanto aos lançamentos contábeis das provisões: Avaliação para sinistros já ocorridos e previstos através das provisões de PSL, IBNR e IBNER; avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios já registrados e amparados através das provisões de PPNG-RVE e RVNE; e avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios ainda não registrados e que são amparados através de prêmios a receber em apólices anuais de coberturas mensais em contratos sem cobertura de sobrevivência.

Em todas as avaliações a Seguradora considera apropriação de valores decorrentes de despesas diretas dos sinistros (*Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE*); despesas indiretas dos sinistros (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*); bem como prováveis recuperações com salvados e ressarcimentos nos ramos em que isto se faz possível.

As bases das avaliações dos fluxos de caixa levam em conta valores nominais, trazidos a valor presente pelas taxas a termo de ETTJ, fornecida pela SUSEP e ANBIMA, sendo o cupom de IGP-M.

Em virtude do direcionamento do esforço de vendas do seguro de pessoas estar voltado exclusivamente ao mercado capixaba, os produtos comercializados apresentam o carregamento de AT-83 Male, com taxa de juros de 6% a.a.

Na base dos contratos para garantia de riscos sem cobertura por sobrevivência e para sinistros a ocorrer, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos a partir de índices de sinistralidade média dos últimos 12 meses anualizados para os produtos de danos e pessoas. Na base de contratos para garantia de riscos com cobertura de sobrevivência, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos utilizando-se por contrato individual a aplicação de critérios de recebimento de prêmios e pagamentos de benefícios seguindo o padrão de expectativa de sobrevivência estabelecida por meio da tábua SUSEP BR-EMS 2021.

O estudo deste teste não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo de DPDM.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024, não apresentou insuficiência na constituída das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituída da PCC.

3.13.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR deve abranger as despesas relativas a sinistros ocorridos e a ocorrer, enquanto para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR deve abranger as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos.

3.14. Benefícios a empregados

São todos as formas de compensação proporcionadas pela entidade, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às Demonstrações Financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada e participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo: benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego.

Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

(a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou

(b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

Benefício pós-emprego - Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pela Seguradora de complementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na nota 27.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (*PBO - Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

A Deliberação CVM nº 695/12, estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido - outros ajustes de avaliação patrimonial.

3.15. Tributos sobre o lucro e faturamento

Calculados às alíquotas a cargo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada categoria de seguro.

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador *	15% e 16%
COFINS	4%
PIS	0,65%

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeito para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13) que alterou a legislação tributária Federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Essa Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A referida Lei nº 12.973 não acarreta efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Financeiras da Seguradora.

Contribuições sociais federais que, para as seguradoras, incidem sobre a receita bruta, com os ajustes previstos na Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%.

(*) A Lei nº 14.183/2021 trouxe alterações nas alíquotas da CSLL de 0,65% de julho de 2021, alterando para 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados.

(*) A Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2023 convertida na Lei nº 14.446 de 2 de setembro de 2023 trouxe alterações nas alíquotas da CSLL a partir de 1º de agosto de 2023, alterando para 16% (dezesseis por cento) até o dia 31 de dezembro de 2023, retornando para 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2024, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados.

3.16. Outros tributos

Outros tributos incidentes sobre a receita operacional e são reconhecidos no resultado como "Despesas com Tributos", dentre os quais destaca-se a taxa de fiscalização da SUSEP, taxa federal recolhida pelo mercado segurador, conforme Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, e alterações posteriores.

3.17. Provisões judiciais ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável ou possível. Para as provisões judiciais envolvendo sinistros, a Seguradora provisiona ações com perdas remotas, possíveis ou prováveis, a partir de estudo próprio envolvendo premissas mais conservadoras, a partir de sua base de dados histórica.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda for remota não são provisionados ou divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

3.18. Apuração do resultado

As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados o qual busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigências relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As participações nos lucros aos empregados são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

3.19. Classificação dos contratos de seguro, resseguro e de investimento

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são identificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento das despesas de comercialização. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização, cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidas com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica da Seguradora. A Seguradora mantém registrada uma operação em *run-off* de resseguro junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, para os seguros do grupo de pessoas. Atualmente não possui contratos de resseguro vigentes. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com a resseguradora e quem estão em *run-off*. As despesas e receitas oriundas desse contrato são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pela resseguradora. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.20. Patrimônio líquido

O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, facultada a sua representação em títulos múltiplos. O BANESTES S.A. detém sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade e atualmente detém 100% (cem por cento), conforme nota 1.

3.21. Lucro líquido por ação básico

O lucro por ação básico da Seguradora é calculado pela divisão do lucro atribuído ao acionista pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas e classificadas como ações em tesouraria nas Demonstrações Financeiras.

O cálculo do lucro por ação básico apurado no exercício está assim apresentado:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	39.292	34.190
Média ponderada do número de ações em circulação no período	1.435.647	1.435.647
Lucro por ação básico (em unidades de R\$)	27,37	23,82

3.22. Normas e interpretações emitidas e aplicáveis em períodos futuros

A seguinte norma e pronunciação, alterações e interpretações foram emitidos pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais:

CPC 50 - Contratos de seguro (IFRS 17)

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O CPC 50 entra em vigor após 1º de janeiro de 2024 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

4. Gestão de riscos

Segundo referência da *Committee of sponsoring organizations of the treadway commission* - COSO, gestão de riscos é um processo efetuado pelo conselho de administração, pela diretoria e pelos demais gestores e colaboradores de uma empresa, aplicável ao estabelecimento de objetivos estratégicos e desenhados para:

- Identificar potenciais eventos que possam afetar a organização;
 - Administrar seus riscos dentro dos limites aceitáveis; e
 - Promover segurança razoável para que os objetivos e metas sejam atingidos.
- Ou seja, a gestão de riscos é um processo interno e contínuo, relacionado com a gestão estratégica, aplicável a todos os negócios, atividades e unidades da organização e executada por todos independentemente de posição, cargo ou função.

4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O processo na Seguradora é patrocinado pela Diretoria e gerenciado por uma área responsável por gestão de riscos, controle interno e compliance de forma integrada. Essa área atua em conjunto com as gerências e coordenadorias na disseminação da cultura de gestão de riscos, na criação de normativos internos, manuais de procedimentos, atividades e mecanismos de controles.

Nesse sentido, a estrutura de gestão de riscos fornece os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos envolvendo toda a Seguradora.

4.2. Apetite por risco

O apetite por risco é o nível máximo de risco que a Seguradora está disposta a assumir no intuito de atingir seus objetivos estratégicos e respeitando sua capacidade por risco.

Quando uma exposição estiver acima do apetite por risco definido, medidas corretivas são adotadas.

4.3. Metodologia

As diretrizes e responsabilidades para o gerenciamento dos principais riscos estão descritas na Política de Gestão de Riscos que auxiliam no monitoramento do apetite bem como na aplicação da metodologia qualitativa e quantitativa para mensuração de seus riscos.

Na metodologia qualitativa, adotou o *Control Self Assessment* - CSA, que considera o impacto e a probabilidade dos riscos nos processos e atividades da Seguradora, associados aos controles implantados.

E, na metodologia quantitativa, a Seguradora consegue mensurar, monitorar e reportar os riscos da organização de forma adequada e garantindo a melhoria contínua da gestão de riscos.

4.4. Categorias de riscos

O dicionário de risco da Seguradora está dividido em oito categorias:

4.4.1. Crédito

Conforme definição da SUSEP, o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Seguradora emite normas internas em conformidade com as regulamentações da SUSEP e CNSP. Essa medida visa garantir o cumprimento de suas políticas de investimentos com segurança e rentabilidade quanto aos ativos financeiros aplicados. Para o gerenciamento destes riscos, a Seguradora possui políticas, tais como Política de Liquidez e ALM, e processos de monitoramento mensais que visam garantir que os limites não sejam excedidos.

A nota 6.3 demonstra dentre outras informações, os percentuais de distribuição dos ativos financeiros que contempla a concentração do portfólio de investimentos da Seguradora por tipo de contraparte.

Já o risco de crédito originado de prêmios de seguros a receber é considerado substancialmente baixo, conforme demonstrado na nota 7.2. Seguindo a legislação brasileira, as cancelaturas contratuais podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam realizados dentro do prazo máximo de cobertura.

4.4.2. Mercado

É o risco representado pela possibilidade de ocorrência de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Seguradora. Nossas ferramentas de gestão são:

- Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - visa avaliar a consonância dos resultados apurados com a política de investimento financeiro da Seguradora.
- Relatório de Compliance de Investimentos - visa avaliar trimestralmente a consonância dos investimentos realizados com a Política de Investimento Financeiro da Seguradora.
- Macro Alocação de Ativos - corresponde à alocação dos recursos entre os segmentos/modalidades de investimentos (modalidades de renda fixa, renda variável, imóveis, investimentos sujeitos à variação cambial e outros).
- Micro Alocação de Ativos - corresponde às alocações dentro das classes de ativos, combinando elementos das subclasses.

Além dessas ferramentas, a Seguradora possui um comitê responsável por apreciar ou assessorar na macro alocação de ativos, subsidiar o planejamento e a execução dos investimentos; e deliberar sobre os limites operacionais e intervalos de risco que podem ser assumidos no âmbito da gestão dos ativos financeiros.

Abaixo uma tabela com as exposições de investimentos da Seguradora, segregadas por fator de risco:

	31/12/2024	31/12/2023
Risco Soberano - Brasil	79,8%	89,9%
Fundos RF (Próprio)	20,2%	10,1%

O quadro de fator de risco, contempla o total da sua exposição, o valor fatorial de risco (próprio) é representado em sua maioria por fundos vinculados a ativos do Governo Federal. Alguns ativos possuem mais de um fator de risco e o valor contido nele pode aparecer em mais de um fator, por essa razão o valor total desse quadro pode ser maior do que o total de suas operações, conforme nota 6.3.

4.4.2.1. Mensuração do risco de mercado

A Seguradora utiliza como medida de risco de suas carteiras de investimento a metodologia de VaR, modelo não paramétrico para horizonte de 1 dia útil, com nível de confiança de 95%. A sensibilidade do risco no resultado é de 0,50% para a carteira.

4.4.3. Subscrição

Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariam as expectativas da Seguradora, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A Seguradora moldou suas operações às melhores práticas de subscrição de mercado e à legislação vigente. Como forma de gerir o lançamento de seus produtos, criou comitê que zela pelos padrões técnicos e comerciais visando garantir os resultados positivos.

As regras para mitigar o risco de subscrição estão contempladas principalmente nos normativos específicos da Seguradora que englobam desde a subscrição de riscos até as provisões técnicas.

Como forma de certificar as reservas, a Seguradora adotou um teste de passivos. Esse teste avalia a cada seis meses a suficiência das reservas frente à expectativa de valores necessários no futuro.

4.4.4. Operacional

Conforme definição da SUSEP, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos. Excluem-se dessa definição os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Seguradora.

A Seguradora gerencia o risco operacional acompanhando os diversos cenários de exposição a riscos a que está sujeita, refletindo o comportamento da concorrência, o ambiente de negócios e os compromissos com os resultados que possui com a sociedade, acionistas, empregados e órgãos reguladores.

Para mitigação dos principais riscos operacionais a Seguradora tem estabelecido normativos específicos que auxiliam nas métricas de monitoramento, avaliação de eficiência e a necessidade de ações para mitigar eventos críticos que possam surgir.

4.4.5. Estratégico

Possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade de implementar as estratégias definidas ou de eventos negativos resultantes de sua implementação. Nessa categoria classificamos tanto os riscos estratégicos quanto os riscos de conjuntura.

4.4.6. Legal

A SUSEP define risco legal como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

A Seguradora possui um comitê que tem como objetivo avaliar os normativos em seus órgãos reguladores e fiscalizadores e recomendar a adoção de medidas e ações relacionadas ao seu cumprimento. Também são instituídas normas internas bem como manuais de procedimentos visando mitigar o risco de perdas legais. Além disso, mantém o monitoramento constante das decisões judiciais cujas sentenças transitam em julgado.

4.4.7. Imagem

É o risco representado pela possibilidade de perdas decorrentes da Seguradora ter sua marca desgastada junto ao mercado e/ou autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

A Seguradora possui os seguintes canais de comunicação com o cliente: Fale Conosco, Ouvidoria, SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor e Canal de Denúncia:

- Fale Conosco é um canal destinado a esclarecer dúvidas, enviar críticas e sugestões que pode ser acessado através do site www.banestesseguros.com.br.
- A Ouvidoria está disponível para atendimento de reclamações, elogios, críticas e sugestões dos demandantes (clientes e usuários), referentes aos produtos, serviços e atendimento prestado por meio do site institucional, telefone 0800 727 0030 ou e-mail ouvidoriageral@banestes.com.br.
- SAC corresponde ao serviço de atendimento telefônico a clientes ou não clientes através do telefone 0800 727 0474. Atua no recebimento de sugestões e elogios, bem como no registro de reclamações e prestação de informações. Trata-se de um serviço gratuito para qualquer localidade, disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana.
- Canal de Denúncia, também disponível no site institucional, recebe denúncias de atos ilícitos, fraudes ou práticas contrárias ao Guia de Conduta Ética que envolvam as empresas do SFB. Para esses canais foram definidos indicadores que medem a insatisfação dos clientes com a Seguradora e seus produtos.

4.4.8. Risco de liquidez

Possibilidade de perda decorrente da seguradora não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

Para o gerenciamento deste risco, a Seguradora possui a Política de Liquidez e ALM que estabelece as diretrizes, parâmetros e estratégias em conformidade com as disposições nos normativos externos, de forma a atender a necessidade de liquidez estimada frente às saídas de caixa projetadas com conforto e adequada margem de segurança.

4.4.9. Risco de governança

Possibilidade de perda decorrente de determinações, influências internas e externas e impactos ambientais, sociais e de governança que possam interferir na estratégia da Seguradora e no negócio. Esse risco é identificado e avaliado com base na Política de Conformidade, Política Institucional de Conduta, Política de Gestão de Continuidade de Negócios e Política de Sustentabilidade.

4.5. Construção de riscos de seguro

A Seguradora entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro) ou data e valor da indenização.

O principal risco assumido pela Seguradora é o risco da frequência e severidade dos sinistros a serem pagos aos nossos segurados sejam maiores do que estimados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com ceseuro, mas operando com a carteira de Pessoas.

4.6. Distribuição geográfica dos riscos

A Seguradora opera nos estados ES, BA, RJ, SP e MG. O maior volume de operações está concentrado no ES.

4.7. Moeda

Moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua é o Real (R\$). A Seguradora não possui emissão de prêmio ou concentração de receita em outras moedas.

4.8. Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora

A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Seguradora quanto aos fatores de riscos de seguro que impactam os contratos e são integradas à política. Consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir, líquido dos efeitos tributários:

(a) **Redução de 10% dos prêmios ganhos**

31/12/2024	Prêmios Ganhos	Efeito no Resultado (-)10%	Efeito no PL (%)
Auto	157.782	(9.467)	-4,6%
Pessoas	187.146	(11.229)	-5,4%
Patrimonial	7.298	(438)	-0,2%
Total	352.226	(21.134)	-10,2%

(b) **Aumento de 10% da sinistralidade**

31/12/2024	Sinistros Ocorridos	Efeito no Resultado (+)10%	Efeito no PL (%)
Auto	(107.835)	(6.470)	-3,1%
Pessoas	(59.181)	(3.551)	-1,7%
Patrimonial	(135)	(8)	-0,1%
Total	(167.151)	(10.029)	-4,9%

Os produtos comercializados estão estruturados no modelo de repartição simples, sendo a vigência anual observada na maioria dos contratos. Por esse motivo a variável inflação não foi considerada no teste de sensibilidade.

4.9. Gestão de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Asset Liability Management). Tal metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos, demonstrando os prazos e a suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão alinhadas com as características da carteira de investimentos da Seguradora.

A Seguradora elabora estudo semestralmente para sua carteira de ativo face ao passivo atuarial cujo objetivo é a obtenção de uma carteira ótima de ativos que forneça o cumprimento dos objetivos atuariais, liquidez adequada à carteira e a geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

4.10. Gestão de risco de capital

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco *versus* retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido da Seguradora, sendo o capital total necessário para as operações da Seguradora, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	2.908	2.357
Total	2.908	2.357

6. Aplicações

6.1. Classificação por níveis

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros precede a utilização da hierarquia do valor justo, composta através do seguinte nível:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.

Nível 2 - *Inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para ativo ou passivo.

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

Aplicações	31/12/2024		31/12/2023	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	185.760	59.010	221.374	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	30.596	-	41.833	-
NTN - B	43.555	-	52.032	-
Operações compromissadas em LFT	111.609	-	100.667	-
Fundos de investimentos (*)	-	59.010	26.842	-
Mensurado subsequentemente a custo amortizado	47.177	-	45.349	-
NTN - B	47.177	-	45.349	-
Total	232.937	59.010	266.723	-

(*) Do total dos Fundos de Investimentos apresentam R\$283 em valores bloqueados (R\$300 em 31/12/2023)

6.2. Sensibilidade das aplicações

	Títulos federais	Quotas de fundos de investimentos e outros	Total
31/12/2024			
Aplicações	232.936	59.011	291.947
Selic - % a.a.	15%	15%	15%
Projeção de rentabilidade nos próximos 12 meses	34.941	8.851	43.792
Cenário:			
Queda 25%	25.782	6.531	32.313
Queda 50%	16.911	4.284	21.195
Elevação 25%	44.396	11.247	55.643
Elevação 50%	54.156	13.719	67.875

6.3. Classificação por título e vencimento

31/12/2024	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor contábil	Ajustes de TVM	Valor justo	% Part Valor contábil	Taxa de Juros Referencial
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	142.205	43.555	59.010	244.770	(11.610)	256.380	83,84%	
LFT	-	30.596	-	-	30.596	9	30.587	10,48%	100% selic
NTN - B	-	-	43.555	-	43.555	(11.619)	55.174	14,92%	IPCA + 3,525 a 5,84%
Operações compromissadas	-	111.609	-	-	111.609	-	111.609	38,23%	100% selic
Fundos de investimentos	-	-	-	59.010	59.010	-	59.010	20,21%	100% CDI
Mensurado subsequentemente a custo amortizado	-	-	47.177	-	47.177	-	47.177	16,16%	
NTN - B	-	-	47.177	-	47.177	-	47.177	16,16%	IPCA + 3,525 a 5,80%
Total do circulante e não circulante	-	142.205	90.732	59.010	291.947	(11.610)	303.557	100%	

31/12/2023	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor contábil	Ajustes de TVM	Valor justo	% Part Valor contábil	Taxa de Juros Referencial
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	14.270	79.595	-	127.509	221.374	(442)	22.816	82,99	
LFT	14.270	27.563	-	-	41.833	(5)	41.838	15,68	100% selic
NTN - B	-	52.032	-	-	52.032	(437)	52.469	19,51	IPCA+4,4% a.a.
Operações compromissadas	-	-	-	100.667	100.667	-	100.667	37,74	
Fundos de investimentos	-	-	-	26.842	26.842	-	26.842	10,06	100% CDI
Mensurado subsequentemente a custo amortizado	-	45.349	-	-	45.349	-	45.349	17	
NTN - B	-	45.349	-	-	45.349	-	45.349	17	IPCA+4,3% a.a.
Total do circulante e não circulante	14.270	124.944	-	127.509	266.723	(442)	267.165	100%	

6.4. Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - Seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas para garantia		
Provisões técnicas	147.647	142.803
Direitos creditórios	(52.010)	(50.276)
Ativos de resseguro - redutores	(502)	(978)
Total a ser coberto das provisões técnicas líquido dos ativos redutores (A)	95.135	91.549
Necessidade de ativos líquidos nota 24.5 (Liquidez sobre o CMR 20%) (B)	12.605	12.547
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa - Públicos	232.937	139.214
Total (C)	232.937	139.214
Excedente de garantia (C - A - B)	125.197	35.118

7. Créditos das operações com seguros e resseguros

7.1. Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2024			
	Auto	Pessoas	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2023	57.114	4.591	1.206	62.911
Prêmios emitidos	172.353	190.991	7.797	371.141
Cancelamentos	(14.805)	(92)	(571)	(15.468)
Var. riscos vigentes não emitidos	157	(25)	(10)	122
Baixas	(156.451)	(190.747)	(7.218)	(354.416)
Varição da provisão para riscos sobre créditos	(142)	20	-	(122)
Prêmios pendentes em 31/12/2024	58.226	4.738	1.204	64.168

	31/12/2023			
	Auto	Pessoas	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2022	64.602	3.468	1.054	69.124
Prêmios emitidos	179.250	164.372	8.309	351.931
Cancelamentos	(16.608)	(36)	(672)	(17.316)
Var. riscos vigentes não emitidos	(897)	564	(9)	(342)
Baixas	(169.217)	(163.770)	(7.488)	(340.475)
Varição da provisão para riscos sobre créditos	(16)	(7)	12	(11)
Prêmios pendentes em 31/12/2023	57.114	4.591	1.206	62.911

7.2. Aging prêmios a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios a vencer	63.372	61.270
De 1 a 30 dias	15.087	25.606
De 31 a 60 dias	11.483	20.788
De 61 a 120 dias	16.679	9.244
De 121 a 180 dias	11.046	4.526
De 181 a 365 dias	9.077	1.106
Prêmios vencidos	989	1.712
De 1 a 30 dias	868	1.621
De 31 a 60 dias	29	22
De 61 a 120 dias	11	1
De 121 a 180 dias	2	1
De 181 a 365 dias	6	4
Superior a 365 dias	73	63
(-) Redução ao valor recuperável	(193)	(71)
Total	64.168	62.911

O prazo médio de parcelamento dos grupos de ramo automóvel e patrimonial, observado foi de 6 parcelas, sendo os demais grupos com faturamento mensal.

7.3. Operações com resseguradoras

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Sinistros pagos	27.602	25.556
Total	27.602	25.556

7.4. Aging resseguro

	31/12/2024	31/12/2023
De 1 a 30 dias	-	72
De 31 a 60 dias	4	530
De 61 a 120 dias	15	1.185
De 121 a 180 dias	101	1.432
De 181 a 365 dias	715	6.255
Superior a 365 dias	26.767	16.082
Total	27.602	25.556

8. Ativos de resseguro

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de resseguro diferidos	-	571
Comissões de resseguro diferidas	-	(90)
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	-	10
Sinistros pendentes (PSL)	179	605
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	323	372
Total	502	1.468

8.1. Movimentação dos ativos de resseguros

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	480	-	(480)	-
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	11	-	(11)	-
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	605	67	(493)	179
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	372	205	(254)	323
Total	1.468	272	(1.238)	502

	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	253	263	(36)	480
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	4	8	(1)	11
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	434	2.760	(2.589)	605
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	368	85	(81)	372
Total	1.059	3.116	(2.707)	1.468

9. Créditos e passivos tributários e previdenciários

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos tributários		
Refletidos no resultado - diferenças temporárias	1.159	552
Refletidos no resultado - Prejuízo Fiscal IRPJ e CSLL	-	1.781
Refletidos no patrimônio líquido	4.644	295
Créditos tributários ref. PIS/COFINS compensados	-	1
Total	5.803	2.629
Tributos diferidos		
Passivos tributários refletidos no resultado	2.100	1.982
Total	2.100	1.982

Os créditos tributários de diferenças temporárias, refletidos no resultado, são decorrentes das provisões judiciais (nota 22.a), provisões para redução ao valor recuperável. Enquanto os tributos diferidos são decorrentes das atualizações dos depósitos judiciais fiscais e dos impostos sobre reservas de reavaliação. No período foram constituídas novas provisões conforme descritas na nota 22. As provisões judiciais cíveis não relacionadas a sinistros que possuem tempo médio de realização inferior a 2 anos. A Administração, com base em estudo de realização do crédito tributário, estima realização das provisões fiscais em até 3 anos. Nos quadros abaixo, apresentam-se a natureza da origem dos créditos e passivos tributários.

9.1. Créditos tributários das movimentações

31/12/2024				
Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Provisão para contingências cíveis	1.113	278	167	445
Provisão para contingências trabalhistas	80	20	12	32
Provisão para contingências fiscais	434	109	65	174
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber	193	48	29	77
Redução ao valor recuperável de salvados à venda	1.076	269	161	430
Total dos créditos tributários refletidos no resultado	2.896	724	434	1.158
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	11.611	2.903	1.742	4.644
Total dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	11.611	2.903	1.742	4.644

31/12/2023				
Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Provisão para contingências cíveis	883	220	132	352
Provisão para contingências trabalhistas	31	8	5	13
Provisão para contingências fiscais	394	99	59	158
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber	72	18	11	29
Redução ao valor recuperável de salvados à venda	-	-	-	-
Total dos créditos tributários refletidos no resultado	1.380	345	207	552
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	737	184	111	295
Total dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	737	184	111	295

Para cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos.

9.2. Passivos tributários das movimentações

31/12/2024				
Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	654	164	98	262
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	4.594	1.149	689	1.838
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	5.248	1.313	787	2.100

31/12/2023				
Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	617	154	93	247
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	4.337	1.084	651	1.735
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	4.954	1.238	744	1.982

10. Outros valores e bens**10.1. Salvados à venda**

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	8.305	5.893
Adições	32.679	18.923
Baixas	(31.380)	(15.399)
Redução ao valor recuperável	(1.076)	(1.112)
Saldo no final do período	8.528	8.305

10.2. Salvados estimados

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	3.880	3.163
Adições	303	717
Saldo no final do período	4.183	3.880

11. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são diferidos na mesma proporção dos prêmios ganhos mensalmente. Identificados para cada apólice/item, correspondendo às despesas de comercialização vinculadas aos prêmios emitidos, cancelados e restituídos, e estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel	15.568	16.230
Pessoas	5.541	2.966
Patrimonial	1.631	1.581
Total do circulante	22.740	20.777

As movimentações dos custos de aquisição são apresentadas na nota 20.2.2.

12. Depósitos judiciais e fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais (nota 21)	10.378	9.595
Total do circulante e não circulante	10.378	9.595

13. Outros valores e bens**13.1. Ativos de direito de uso**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	59	2.807	-	(576)	2.290
Veículos	937	72	-	(239)	770
Total	996	2.879	-	(815)	3.060

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Imóveis	-	760	(686)	(15)	59
Veículos	-	1.146	(62)	(147)	937
Total	-	1.906	(748)	(162)	996

14. Investimentos

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	258	-	-	-	258
Imóveis destinados à renda	275	-	-	(13)	262
Outros investimentos	3	-	-	-	3
Total	536	-	-	(13)	523

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	258	-	-	-	258
Imóveis destinados à renda	425	-	(131)	(19)	275
Outros investimentos	3	-	-	-	3
Total	686	-	(131)	(19)	536

15. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos de informática	600	161	(7)	(187)	567
Móveis, máquinas e utensílios	167	62	-	(31)	198
Benfeitorias em imóveis de terceiros	769	-	-	(113)	656
Total	1.536	223	(7)	(331)	1.421

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Equipamentos de informática	270	459	-	(129)	600
Móveis, máquinas e utensílios	180	18	-	(31)	167
Benfeitorias em imóveis de terceiros	882	-	-	(113)	769
Total	1.332	477	-	(273)	1.536

16. Intangível

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Sistemas em desenvolvimento	2.088	11.998	-	(900)	13.186
Total	2.088	11.998	-	(900)	13.186
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Sistemas em desenvolvimento	2.124	637	-	673	2.088
Total	2.124	637	-	673	2.088

17. Obrigações a pagar, impostos e encargos sociais a recolher

17.1. Obrigações a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	2.849	171
Serviços de assistência e outros	23.719	18.868
Dividendos a pagar no exercício	9.332	8.120
Dividendos a pagar retirados da reserva de lucros (*)	44.358	-
Provisão de participação nos lucros	3.614	3.767
IOF a Debitar	873	883
Remessas de banco a compensar	-	2.810
Convênio cooperação técnica a debitar	-	323
Demais obrigações	68	157
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	192	9
Total	85.005	35.108

(*) Por determinação do acionista integral, conforme Voto Presi 63/2024 de 16/12/2024, foi constituído o valor de R\$44.358 mil em dividendos a pagar relativo à baixa da Reserva de Lucros, conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

17.2. Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos sobre operações financeiras	3.914	3.840
Impostos retidos	507	401
FGTS e demais contribuições	995	897
Total	5.416	5.138

18. Operações com resseguradoras

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de resseguros	13.709	11.821
RVNE	-	180
(-) Comissões de resseguros	(2.194)	(2.560)
Total	11.515	9.441

19. Depósitos de terceiros - São prêmios pagos pelos segurados, arrecadados pela Seguradora, cujos valores encontram-se em processo de identificação/regularização.

	31/12/2024	31/12/2023
De 1 a 30 dias	2.884	2.068
De 31 a 60 dias	31	36
De 61 a 120 dias	58	52
De 121 a 180 dias	30	24
De 181 a 365 dias	92	32
Superior a 365 dias	-	-
Total	3.095	2.212

20. Provisões técnicas

20.1. Provisões técnicas de seguros e resseguros

20.1.1. Composição das provisões técnicas de seguros

A composição das provisões técnicas - Seguros, registradas no passivo circulante, está assim apresentada por agrupamento de ramos:

	31/12/2024			
	Auto	Vida	Demais	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	77.820	9.446	3.449	90.715
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	1.863	138	30	2.031
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) *	29.681	12.487	109	42.277
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	3.344	8.902	49	12.295
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	253	72	4	329
Total das provisões	112.961	31.045	3.641	147.647

(*) Na constituição da PSL Judicial reconhecemos R\$3.024 com despesas financeiras, conforme nota explicativa 25.10

	31/12/2023			
	Auto	Vida	Demais	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	77.292	5.730	3.545	86.567
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	2.467	125	19	2.611
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) *	27.946	12.523	93	40.562
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	3.778	7.449	8	11.236
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.610	214	3	1.827
Total das provisões	113.093	26.042	3.668	142.803

(*) Na constituição da PSL Judicial reconhecemos R\$552 com despesas financeiras, conforme nota explicativa 25.10

20.2. Movimentação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

20.2.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros

A movimentação das provisões técnicas - seguros, registrada no passivo circulante, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	86.567	6.695	(2.547)	90.715
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	2.611	734	(1.314)	2.031
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	40.562	200.474	(198.759)	42.277
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	-	6.107	(6.107)	-
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	11.235	8.775	(7.715)	12.295
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.828	286	(1.785)	329
Total das provisões	142.803	223.071	(218.227)	147.647

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2023
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	99.819	4.380	(17.632)	86.567
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	3.405	1.547	(2.341)	2.611
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	40.584	193.691	(193.713)	40.562
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	786	-	(786)	-
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	9.260	4.320	(2.344)	11.236
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.503	725	(401)	1.827
Total das provisões	155.357	204.663	(217.217)	142.803

20.2.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

A movimentação dos custos de aquisição diferidos, registrada no ativo, que correspondem às despesas de comercialização diretamente alocadas aos ramos, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição diferido (RVE)	20.250	4.142	(2.057)	22.335
Custo de aquisição diferido (RVNE)	527	128	(250)	405
Total dos custos de aquisição diferidos	20.777	4.270	(2.307)	22.740

	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Custo de aquisição diferido (RVE)	21.967	1.371	(3.088)	20.250
Custo de aquisição diferido (RVNE)	677	306	(456)	527
Total dos custos de aquisição diferidos	22.644	1.677	(3.544)	20.777

20.3. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento dos sinistros incorridos e os valores pagos referentes ao ano de aviso estão assim demonstrados:

Avisados (Até)	Posição em 31/12/2024						
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	
No final do ano evento	873.398	74.909	117.680	150.664	192.281	182.654	
Após um ano	875.755	74.909	118.938	152.485	192.589	-	
Após dois anos	877.718	75.592	119.422	152.801	-	-	
Após três anos	878.947	75.579	119.971	-	-	-	
Após quatro anos	878.175	75.799	-	-	-	-	
Após cinco anos	879.730	-	-	-	-	-	
Pagamentos							
No ano evento	851.758	64.434	104.461	124.992	165.193	155.473	
Após um ano	9.959	9.487	12.681	25.395	24.327	-	
Após dois anos	2.076	391	487	645	-	-	
Após três anos	1.173	60	45	-	-	-	
Após quatro anos	1.000	98	-	-	-	-	
Após cinco anos	1.213	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	867.179	74.470	117.674	151.032	189.520	155.473	
Incorridos	879.730	75.799	119.971	152.801	192.589	182.654	1.603.544
(-) Pagos	(867.179)	(74.470)	(117.674)	(151.032)	(189.520)	(155.473)	(1.555.348)
PSL Ramos Próprios	-	-	-	-	-	-	48.196
(-) Estimativas Salvadas e Ressarcimentos	-	-	-	-	-	-	(5.919)
PSL Total	12.551	1.329	2.297	1.769	3.069	27.181	42.277

Avisados (Até)	Posição em 31/12/2023						
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	
No final do ano evento	801.702	72.740	74.909	117.680	150.664	192.281	
Após um ano	800.658	73.287	74.909	118.938	152.484	-	
Após dois anos	802.467	74.368	75.592	119.422	-	-	
Após três anos	803.350	74.730	75.579	-	-	-	
Após quatro anos	804.216	74.713	-	-	-	-	
Após cinco anos	803.463	-	-	-	-	-	
Pagamentos							
No ano evento	774.913	63.544	64.434	104.461	124.992	165.197	
Após um ano	13.300	8.328	9.487	12.681	25.396	-	
Após dois anos	1.631	544	391	488	-	-	
Após três anos	1.532	213	60	-	-	-	
Após quatro anos	960	129	-	-	-	-	
Após cinco anos	872	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	793.208	72.758	74.372	117.630	150.388	165.197	
Incorridos	803.463	74.713	75.579	119.422	152.484	192.281	1.417.942
(-) Pagos	(793.208)	(72.758)	(74.372)	(117.630)	(150.388)	(165.197)	(1.373.553)
PSL Ramos Próprios	-	-	-	-	-	-	44.389
(-) Estimativas Salvadas e Ressarcimentos	-	-	-	-	-	-	(3.827)
PSL Total	10.255	1.955	1.207	1.792	2.096	27.084	40.562

21. Encargos trabalhistas, impostos e contribuições**21.1. Encargos trabalhistas**

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de gratificações	225	70
Provisão para férias	1.488	1.242
Total	1.713	1.312

21.2. Impostos e contribuições

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	1.056	-
Contribuição social	597	-
Cofins	882	516
Pis/Pasep	143	84
Total	2.678	600

22. Provisões judiciais**a) Composição do saldo contábil**

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ações fiscais - INSS (I)	8.054	7.761	434	394
Ações fiscais - PMV (II)	425	397	-	-
Subtotal - Fiscais	8.479	8.158	434	394
Ações trabalhistas	40	36	80	31
Subtotal - Trabalhistas	40	36	80	31
Ações cíveis não relacionadas a sinistros	1.463	1.002	1.112	883
Ações cíveis do convênio Dpvt	396	399	-	-
Subtotal - Cíveis	1.859	1.401	1.112	883
Total	10.378	9.595	1.626	1.308

Detalhamento dos principais processos e depósitos judiciais relacionados:**Ações Fiscais**

I. INSS - A Seguradora possui registrado em provisão o montante de R\$434 (R\$394 em 31/12/2023), referente às NFLDs 35.776.170-7 e 35.776.171-5 lançadas pelo INSS e referem-se basicamente a alegação de: reconhecimento de vínculo empregatício de empresa terceirizada de serviços de informática; e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP, com correspondente depósito judicial de R\$8.054 (R\$7.761 em 31/12/2023) para garantia dos tributos discutidos judicialmente.

II. ISS PMV - Trata-se de processo decorrente de autuação fiscal do Município de Vitória-ES, sob a alegação de que a Seguradora deixou de reter na fonte o ISSQN incidente sobre suposta prestação de serviço com mão-de-obra de colaboradores do Banestes S.A., cujos custos foram integralmente ressarcidos. Neste processo, a Seguradora efetuou depósito judicial para garantia do tributo discutido judicialmente, sendo mantido atualizado em R\$425 (R\$397 em 31/12/2023).

b) Movimentação do saldo contábil

	Saldo em 31/12/2023	Constituição/Atualização	Reversão/Pagamento	Saldo em 31/12/2024
Contingências				
Trabalhistas	31	49	-	80
Cíveis	883	419	(190)	1.112
Fiscais	394	40	-	434
Total	1.308	508	(190)	1.626

	Saldo em 31/12/2022	Constituição/Atualização	Reversão/Pagamento	Saldo em 31/12/2023
Contingências				
Trabalhistas	58	35	(62)	31
Cíveis	651	658	(426)	883
Fiscais	376	18	-	394
Total	1.085	711	(488)	1.308

c) Natureza das contingências

A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda, acrescida dos honorários advocatícios.

d) Detalhamento dos processos judiciais por natureza de risco de perda

31/12/2024	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Risco	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd
Provável	-	-	1	34	4	582	5	616
Possível	2	434	3	46	29	530	34	1.010
Remota	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	434	4	80	33	1.112	39	1.626

31/12/2023	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Risco	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd
Provável	-	-	1	31	6	382	7	413
Possível	2	394	-	-	26	501	28	895
Remota	-	-	-	-	5	-	5	0
Total	2	394	1	31	37	883	40	1.308

23. Outros débitos**23.1. Passivos de Arrendamentos**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	126	2.805	-	(506)	2.425
Veículos	997	74	-	(249)	822
Total	1.123	2.879	-	(755)	3.247

24. Patrimônio líquido**24.1. Capital social**

O capital social é constituído por 1.435.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, com o correspondente a 100% (cem por cento) das ações ordinárias pertencentes ao BANESTES S.A., acionista único, no valor de R\$186.326. Em 05/12/2023 decidiu em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), dentre outros assuntos, o agrupamento de ações, passando de 14.791.405.093 ações para 743.623, a partir da razão de 1/19891, conforme Voto BANESTES/PRESI 216/2023 do acionista único, e ainda o aporte de capital no valor de R\$100.000.030,25, correspondente a 692.024 ações, que somadas perfazem as atuais 1.435.647 ações. O ato foi comunicado à SUSEP conforme Processo 15414.651541/2023-19, e encontra-se devidamente homologado pela supervisora.

24.2. Reservas de lucro

O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei nº 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço anual terá, pela ordem:

24.2.1. Reserva legal

São destinados 5% (cinco por cento) do lucro líquido, antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da

Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

24.2.2. Reservas estatutárias

São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 50% (cinquenta por cento) do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social.

24.3. Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes de valores patrimoniais reconhecidos na Seguradora com títulos e valores mobiliários.

24.4. Demonstrativo do cálculo e pagamentos dos dividendos

O Estatuto Social confere direitos a dividendos entre 25% e 60% sobre o lucro líquido ajustado do exercício social determinados em AGE realizada em 05/12/2024, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	39.292	34.190
Reserva legal	(1.964)	(1.709)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados	-	12
Base de cálculo de dividendos	37.328	32.493
Dividendo mínimo - 25%	9.333	8.121
Total de dividendos a pagar	9.333	8.121

(*) Em 31/12/2024 foram distribuídos dividendos no percentual 25%.

Descrição	Data crédito/destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data
Dividendos	31/12/2024	27,37	9.333	29/04/2025
Total em 31/12/2024			9.333	

Descrição	Data crédito/destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data
Dividendos	31/12/2023	5,6567	8.121	26/04/2024
Total em 31/12/2023			8.121	

24.5. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido (incluindo níveis de PLA e qualidade de cobertura do CMR)

	31/12/2024	31/12/2023
PLA - Nível 1		
Patrimônio líquido	206.259	227.181
(-) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(258)	(258)
(-) Despesas antecipadas	(268)	(176)
(-) Crédito tributário de diferenças temporárias limitados a 15% CMR	(5.803)	(2.629)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) limitados a 14% ativo total ajustado	(262)	(275)
(-) Obras de arte	(3)	(3)
(-) Ativos intangíveis	(13.187)	(2.088)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(6.391)	-
Total PLA - Nível 1	180.087	221.752
PLA - Nível 2		
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	9.866	13.367
Total PLA - Nível 2	9.866	13.367
PLA - Nível 3		
(+) Créditos tributários de diferenças temporárias limitados a 15% CMR	5.803	2.629
(+) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) limitados a 14% ativo total ajustado	262	275
Total PLA - Nível 3	6.065	2.904
TOTAL PLA 1+2+3-AJUSTE DE EXCESSO DE PLA DE NÍVEL 2 E DE NÍVEL 3	196.018	238.023
Capital base (I)	8.100	8.100
Capital adicional de risco de subscrição	52.762	51.748
Capital adicional de risco de crédito	3.059	2.909
Capital adicional de risco operacional	1.588	1.977
Capital adicional de risco de mercado	17.895	18.603
Capital risco (II) *	63.023	62.733
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II))	63.023	62.733
Suficiência de capital (PLA - CMR)	132.995	175.291
Liquidez sobre o CMR (20%)	12.605	12.547
Excedente de liquidez - nota 6.4	125.197	35.119

(*) O demonstrativo acima encontra-se em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021, sobretudo o cálculo do capital de risco em que se utiliza Matriz de Correlação definida na referida legislação.

25. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado**25.1. Prêmios emitidos**

	31/12/2024	31/12/2023
	355.795	334.273
Prêmios - riscos emitidos	371.140	351.930
Prêmios cancelados	(15.104)	(16.891)
Prêmios restituídos	(363)	(424)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	122	(342)

25.2. Variações das provisões técnicas de prêmios e contribuições**25.2.1. Danos e Pessoas**

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Prêmios Não Ganhos	(3.569)	14.046

25.3. Prêmios Ganhos, Sinistralidade e Comercialização por Grupo de Ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistralidade (%)		Comercialização (%)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel	157.782	175.091	68,3	65,7	22,4	19,6
Pessoas	187.146	165.161	31,6	37,7	20,9	18,4
Patrimonial	7.298	8.067	1,8	4,1	44,3	40,9
Total	352.226	348.319	47,5	51,0	22,0	19,5

25.4. Sinistros ocorridos

	31/12/2024	31/12/2023
	(167.151)	(177.651)
Indenizações avisadas	(197.450)	(193.139)
Despesas com sinistros	(5.044)	(5.193)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - Direto	(1.060)	(1.975)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Suf. Avisados - IBNeR	-	785
Salvados e Ressarcimentos	34.312	20.213
Variação Estimativa de Salvados e Ressarcidos	2.091	1.658

25.5. Custos de aquisição

	31/12/2024	31/12/2023
	(77.594)	(68.037)
Comissões sobre prêmios emitidos	(79.557)	(66.170)
Variação das despesas de comercialização diferidas	1.963	(1.867)

25.6. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
	(15.346)	(13.281)
Receitas com operações de seguros	1.934	779
Receitas com regulação consórcio Dpvt	1	17
Receitas com regulação de provisões judiciais	191	485
Recuperação PLR/VER	1.044	-
Demais receitas	2	(1)
Despesas com cobrança - Direto	(1.965)	(1.958)
Despesas com inspeção de risco	(989)	(1.349)
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber	(122)	(12)
Redução ao valor recuperável - salvados	36	(1.082)
Despesas com operações de seguros	(14.851)	(9.081)
Despesas com provisões judiciais	(284)	(576)
Demais despesas	(343)	(503)

25.7. Resultado com Resseguro

	31/12/2024	31/12/2023
	1.502	(2.126)
Receitas com resseguro	1.493	11.183
Indenizações de sinistros	1.542	11.179
Variação com IBNR	(49)	4
Despesas com resseguro	9	(13.309)
Prêmios de resseguro	499	(13.543)
Variação - PPNG	(490)	234

25.8. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
	(38.027)	(34.849)
Pessoal próprio	(21.663)	(20.305)
Serviços de terceiros	(3.305)	(3.141)
Cooperação técnica - Banestes	(4.738)	(3.879)
Rede de atendimento - terceiros	(2.145)	(2.381)
Localização e funcionamento	(4.298)	(3.577)
Publicidade e propaganda institucional	(735)	(722)
Publicações	(118)	(106)
Donativos e contribuições	(80)	(133)
Despesas administrativas diversas	(791)	(173)
Despesas administrativas com Seguradora Líder do consórcio DPVAT	(154)	(432)

25.9. Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
	(11.989)	(9.874)
Impostos federais	(18)	(4)
Impostos estaduais	(6)	(5)
Impostos municipais	(14)	(22)
Cofins	(8.738)	(7.646)
Pis/Pasep	(1.420)	(1.243)
Taxa de fiscalização	(1.103)	(954)
Outros tributos	(690)	-

25.10. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
	23.760	16.945
Receitas financeiras	27.964	18.038
Receitas com títulos de renda fixa públicos	23.737	14.394
Receitas com títulos de renda variável	2	-
Receitas com operações de seguros	182	219
Fundos de investimento	3.540	2.862
Outras receitas financeiras	503	563
Despesas financeiras	(4.204)	(1.093)
Despesas com títulos de renda variável	(154)	(142)
Despesas com atualização monetária e juros ref. processos de sinistros judiciais	(3.024)	(552)
Juros e atualizações monetárias	(589)	-
Outras despesas financeiras	(39)	(259)
Despesas com passivos de arrendamento	(398)	(140)

25.11. Resultado patrimonial

	31/12/2024	31/12/2023
	675	685
Receitas com imóveis destinados à renda	688	704
Despesas com imóveis destinados à renda	(13)	(19)

25.12. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	31/12/2024	31/12/2023
	-	(131)
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	-	(131)

26. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, com o BANESTES S.A. e a Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., são efetuadas a valores, prazos e taxas pactuados contratualmente. Na data destas demonstrações estavam assim demonstradas:

Empresas/Contas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banestes S.A.				
Depósitos	2.859	2.211	-	-
Aplicações financeiras - Operações compromissadas	111.649	100.667	10.946	667
Receita com aluguel	92	-	688	704
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(53.691)	(8.120)	-	-
Tarifas c/ operações de cobrança/arrecadação	-	-	(410)	(510)
Despesa com custódia	(4)	(4)	(49)	(49)
Despesas com convênio de cooperação técnica	(395)	(323)	(4.738)	(3.879)
Banestes Corretora				
Comissões de seguros	-	-	(49.799)	(39.224)

27. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contrib. Social	Imposto de renda	Contrib. Social
Resultado antes da tributação e participações	68.057	68.057	60.000	60.000
Participações estatutárias no lucro (PLR)	(3.614)	(3.614)	(3.777)	(3.777)
Base de cálculo	64.443	64.443	56.223	56.223
Adições/(exclusões) de caráter permanente	81	(362)	66	(467)
Adições/(exclusões) de caráter temporário	110	110	(130)	(130)
Lucro tributável antes das compensações	64.634	64.191	56.159	55.626
Alíquota normal IRPJ (15%) e CSLL (15%)	9.695	9.628	8.424	8.344
Adicional de imposto de renda (10%)	6.439	-	5.592	-
Valores devidos	16.134	9.628	14.016	8.344
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(118)	-	(337)	-
Doações FIA/Incentivos Fiscais - Patrocínios - Emp. Cidadã	(6)	-	(17)	-
Imposto de renda e CSLL a pagar	16.010	9.628	13.662	8.344
Provisão dif. da realização reserva reavaliação	-	-	(19)	(20)
Passivo tributário diferido	73	44	100	60
Crédito tributário sobre provisões temporárias	(379)	227	(59)	(35)
Valores registrados em despesas	15.075	9.445	13.684	8.349

28. Remuneração da administração

O total das despesas com remuneração da administração atingiu no exercício de 2024 o montante de R\$1.900 (R\$1.421 em 31 de dezembro de 2023).

29. Benefícios a empregados

29.1. Planos de Aposentadoria - Seguridade Social

Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - A Seguradora é uma das patrocinadoras da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria nº 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referente ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente. Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria nº 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02/05/2017.

No exercício de 2024, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam à Seguradora R\$63 (R\$65 em 31 de dezembro de 2023). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e a Administração da Seguradora, juntamente com as demais empresas patrocinadoras do Sistema Financeiro BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (*deficit*) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar nº 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas e a Lei Complementar nº 109/2001 que determina no artigo 21 que "o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa ao ou prejuízo à entidade de previdência complementar".

O Exercício encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras da patrocinadora em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *Asset Ceiling* que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superávit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade de a empresa obter um benefício financeiro decorrente do superávit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria da Seguradora, em conformidade com a Resolução CVM nº 110/2023 e CPC 33 (R1):

Nome do Plano	Plano I e II Aposentadoria	
Exercício fiscal findo em	31/12/2024	31/12/2023
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	39.968	38.333
Obrigação de benefício definido no final do ano	43.475	39.968
Custo dos juros	3.803	4.498
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	43.550	42.853
Valor justo do ativo do plano no final do ano	46.016	43.550
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	4.546	5.029
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Obrigação de benefício definido	43.475	39.968
Valor justo do ativo do plano	(46.016)	(43.550)
Situação financeira do plano	(2.540)	(3.581)
Efeito do limite máximo teto ativo	2.540	3.581
Passivo / (Ativo) líquido	-	-
Premissas atuariais		
Taxa nominal de desconto	10,15%	9,46%
Taxa de desconto atuarial	4,71%	5,35%
Taxa nominal de crescimento salarial	6,25%	4,94%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,20%	3,90%

Análise de Sensibilidade nas Hipóteses	31/12/2024	31/12/2023
Taxa nominal de desconto		
Taxa nominal de desconto -1,0%	48.463	44.100
Premissa da análise	9,20%	8,42%
Taxa nominal de desconto +1,0%	39.399	36.484
Premissa da análise	11,21%	10,49%

29.2. Assistência à Saúde

O Seguradora também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes (SFB) - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.

No exercício de 2024, a contribuição mensal da patrocinadora equivale a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que corresponde a R\$194 (R\$198 em 2023).

29.3. Outros Benefícios Concedidos a Empregados.

A Seguradora oferece também aos seus empregados outros benefícios, tais como creche, treinamento profissional e plano odontológico, cujo montante dessas despesas totalizaram no exercício de 2024 R\$202 (R\$215 em 2023).

30. Consórcio DPVAT

Em atendimento a CIRCULAR SUSEP nº 648 de 12/11/2021, e alterações posteriores, a Seguradora alterou a forma de contabilização das operações referente aos Consórcio DPVAT, registrando apenas os valores a receber/pagar referente a apuração mensal da margem de seu devido recebimento/pagamento, de acordo com o determinado nas orientações da SUSEP.

Em 24 de novembro de 2020 através da Assembleia Geral conforme previsto no instrumento do consórcio, motivado pelo anúncio de saída de 36 seguradoras, dentre elas a Banestes Seguros S.A., foi deliberado a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A dissolução do Consórcio significou a vedação de quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das consorciadas, ficando a Seguradora Líder designada a administrar o *run-off* dos ativos, passivos e negócios do Consórcio DPVAT realizados até dezembro de 2020. A Seguradora Líder permanecerá responsável por operar o seguro DPVAT em *run-off* até a extinção de todas as obrigações e a Banestes Seguros permanecerá com seus direitos e obrigações na forma do Instrumento do Consórcio, inclusive com a obrigação de participar das receitas e despesas referentes à operação do Seguro DPVAT na proporção de suas respectivas quotas.

Em 14 de fevereiro de 2023, as seguradoras participantes do Consórcio DPVAT receberam comunicado da Seguradora Líder relativo ao Processo Administrativo SUSEP nº 15414.604989/2020-92, cujos desdobramentos foi objeto de análise em seus aspectos jurídicos e econômicos, em conjunto com a Seguradora Líder, no decorrer do exercício de 2023. Até o momento, não foram identificados fatos relevante que impactasse o patrimônio líquido da Seguradora.

Órgãos da Administração em 26 de fevereiro de 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL
José Amarilz (Presidente) José Amarildo Casagrande Carlos Roberto Rafael Jorge Luis Rigo Fernanda Lírio Coutinho	Carlos Roberto Rafael (Presidente) Rômulo de Souza Jussara Gonçalves Vieira	Álvaro Rogério Bulgareli Ferreira Gustavo Rocha Dugareli Suziane Cristine de Paula Mattos
CONTADOR		ATUÁRIO
Flávio Wagner Gaudio de Souza CRC-ES 12130/O-8		Tiago de Angelis Karlinski Miba nº 2657

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Banestes Seguros S.A. Vitória - ES

por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Vitória, 26 de fevereiro de 2025.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55 CIBA 48
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002,
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I**Banestes Seguros S.A.**

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores **31/12/2024**

Total de provisões técnicas auditadas **147.647**

Total de ativos de resseguro **502**

Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros **27.602**

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas **31/12/2024**

Provisões Técnicas Auditadas (a) **147.647**

Valores redutores auditados (b) **52.512**

Total a ser coberto (a-b) **95.135**

3. Demonstrativo do Capital Mínimo **31/12/2024**

Capital Base (a) **8.100**

Capital de Risco (CR) (b) **63.023**

Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b) **63.023**

4. Demonstrativo da Solvência **31/12/2024**

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a) **196.018**

Ajustes Econômicos do PLA **3.475**

Exigência de Capital (CMR) (b) **63.023**

Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b) **132.995**

Ativos Garantidores (d) **232.937**

Total a ser Coberto (e) **95.135**

Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e) **137.802**

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP) **31/12/2024**

0520; **1.900.000**

0114; 0118; 0171; 0542; 1329; 1377; 1381; 1384; 1390; 1391; **2.000.000**

0531; **4.000.000**

0929; 0977; 0982; 0990; 0993; **3.000.000**

0553; **7.000.000**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Banestes Seguros S.A.

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Seguros S.A. "Seguradora", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil em suas operações das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O

Parecer do Conselho Fiscal

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A, relativas ao exercício de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas, o Parecer do Auditor Atuarial Independente e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, ambos sem ressalvas.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória-ES, 25 de fevereiro de 2025.

Álvaro Rogério Duboc Farjado
Conselheiro Efetivo

Gustavo Rocha Bulgareli Ferreira
Conselheiro Efetivo

Suziane Cristine de Paula Mattos
Conselheira Efetiva